



A dimensão do compromisso ético-político na pesquisa social

The dimension of ethical-political commitment in social research

La dimensión del compromiso ético-político en la investigación social

Gabriel Jesus do Nascimento¹ , Afrancio Ferreira Dias 

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Gabriel Jesus do Nascimento
gabrieljdonascimento@gmail.com

Como citar: Nascimento, G. J., & Dias, A. F. (2025). A dimensão do compromisso ético-político na pesquisa social. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 6(1), e19301. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks6119301>

RESUMO

A produção do conhecimento sobre a vida social é atravessada por todos os lados por disputas em torno da prática que se dará em torno dele. Como sabemos, o conhecimento possui dimensões políticas e pode ser traduzido em práticas sociais, de modo que ele é um meio de intervenção e transformação social. A discussão que traremos no presente texto se dá em torno da faceta ativa do conhecimento, trazendo que ele parte da desnaturalização do mundo social e a conseqüente revelação das dimensões políticas que a governa, trazendo o compromisso ético-político como aquilo que nos põe em movimento para, através do processo de desnaturalização, gestarmos instrumentos políticos de intervenção social no cotidiano daqueles com quem firmamos compromisso. Assim, operamos um esforço no sentido de demonstrar que a neutralidade científica exprime um compromisso tanto quanto o engajamento, e aqueles que partem do compromisso ético-político precisam, fundamentalmente, destruí-la para seguir em frente. Neste mesmo sentido, trazemos a potência epistemológica que estas pesquisadoras e pesquisadores possuem, de engendrar novas metodologias e epistemologias orientadas pela esperança de transformação com vistas à exposição dos mecanismos de criação de um cotidiano sofrível por parte de pessoas trans*, pretas, ou, em uma palavra, que ocupam posições marginalizadas na sociedade brasileira. Portanto, o que o presente trabalho se esforça em demonstrar é que a escolha pelo compromisso ético-político se faz pelo reconhecimento do papel ativo do conhecimento, e cuja potência presidida por ele é fundamental se pretendemos ajudar nossos iguais.

Palavras-chave: Transformação social. Faceta ativa do conhecimento. Compromisso ético-político. Neutralidade

ABSTRACT

The production of knowledge about social life is permeated on all sides by disputes over the practice that will take place around it. As we know, knowledge has political dimensions and can be translated into social practices, so that it is a mean of intervention and social transformation. The discussion that we will bring up in this text revolves around the active angle of knowledge, showing that it starts from the denaturalization of the social world and the consequent revelation of the political dimensions that govern it, bringing the ethical-political commitment as that which sets us in motion so that, through the process of denaturalization, we can generate political instruments of social intervention in the daily lives of those with whom we have made a commitment. Thus, we make an effort to demonstrate that scientific neutrality expresses a commitment as much as engagement, and those who start from the ethical-political commitment need, fundamentally, to destroy it in order to move forward. In this same sense, we bring the epistemological power that these researchers possess to engender new methodologies and epistemologies guided by the hope of transformation with a view to exposing the mechanisms that create a miserable daily life for trans*, black people, or, in a word, those who occupy marginalized positions in Brazilian society. Therefore, what this work strives to demonstrate is that the choice for ethical-political commitment is made by recognizing the active role of knowledge, and whose power guided over by it is fundamental if we intend to help our peers.

Keywords: Social transformation. Active angle of knowledge. Ethical-political commitment. Neutrality.

RESUMEN

La producción de conocimiento sobre la vida social está atravesada por todos lados por disputas sobre la práctica que se desarrollará en torno a ella. Como sabemos, el conocimiento tiene dimensiones políticas y puede traducirse en prácticas sociales, por lo que es un medio de intervención y transformación social. La discusión que traeremos en este texto gira en torno a la faceta activa del conocimiento, mostrando que ésta parte de la desnaturalización del mundo social y la consecuente revelación de las dimensiones políticas que lo gobiernan, trayendo el compromiso ético-político como aquello que nos pone en movimiento para que, a través del proceso de desnaturalización, podamos generar instrumentos políticos de intervención social en la vida cotidiana de aquellos con quienes nos comprometemos. Así, nos esforzamos en demostrar que la neutralidad científica expresa tanto un compromiso como un involucramiento, y quien parte de un compromiso ético-político necesita, fundamentalmente, destruirlo para poder avanzar. En este mismo sentido, aportamos el poder epistemológico que estos investigadores tienen, para engendrar nuevas metodologías y epistemologías guiadas por la esperanza de transformación con vistas a exponer los mecanismos de creación de una vida cotidiana miserable por parte de las personas trans*, negras, o, en una palabra, aquellos que ocupan posiciones marginadas en la sociedad brasileña. Por tanto, lo que este trabajo pretende demostrar es que la opción por el compromiso ético-político se hace a través del reconocimiento del papel activo del conocimiento, y cuyo poder presidido por él es fundamental si pretendemos ayudar a nuestros iguales.

Palabras clave: Transformación social. Faceta activa del conocimiento. compromiso ético-político. Neutralidad.

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento sobre o mundo social e suas inúmeras partes constitutivas apresenta uma particularidade fundamental: o sujeito que o produz é parte integrante do

objeto de análise. Embora seja possível realizar pesquisas sobre dimensões da vida social que não o afetam diretamente, essa característica faz com que o pesquisador tenha predileção por certos temas de investigação em detrimento de outros. Isso ocorre, geralmente, porque somos conduzidos a explorar caminhos condicionados por nossas trajetórias particulares, uma vez que esses refletem fatores sociais que, de maneira direta, influenciaram nossa vida e, de alguma forma, moldaram quem somos. Frequentemente, esse processo surge a partir de nossas esperanças de transformar o ambiente em que vivemos, seja de forma revolucionária, no caso dos mais esperançosos, ou promovendo melhorias no estado de coisas existente, para aqueles menos otimistas. O que une esses dois tipos de pessoas, no entanto, é que o meio pelo qual se busca intervir na vida social é por meio da apropriação e produção de conhecimento acerca do meio que se pretende transformar. Este é, portanto, o lado ativo do conhecimento, que o considera um instrumento para a transformação da realidade concreta.

O papel político do conhecimento parte da desnaturalização das instâncias da vida social – como trabalho, classe, gênero, raça, etc., de modo a expor suas entranhas, revelando os interesses desiguais que governam o mundo social e tende a impor uma vida permeada de sofrimento por aqueles que ocupam estratos sociais baixos. Um bom exemplo desse movimento está contido em Sofia Favero (2019) ao demonstrar que o que pensamos por “cisgênero” não pode se limitar ao reconhecimento com o gênero atribuído ao nascer, ou seja, a um mero processo subjetivo, mas sim a uma dimensão política, que reproduz uma ordem social em voga de caráter heteronormativa e de branquitude, onde este tipo de reconhecimento determina as trajetórias de vida, ampliando ou minando as possibilidades de uma vida digna, correspondendo, neste sentido, a um processo objetivo. De modo similar, Alfrancio Dias (2020) põe que esta mesma ordem é responsável por invisibilizar a população trans* por não serem, nos moldes acadêmicos, objetos de análise válidos, reproduzindo “uma escrita acadêmica elitista, classista, racista e generificada” (Dias, 2020, p. 330). Nossas escolhas e persistência temática são, neste sentido, objetos de nossa ação política dentro do contexto da pesquisa social, expressões de populações e análises que iremos privilegiar em nossos debates.

Podemos perceber isto de maneira muito clara em diversos debates levantados em áreas temáticas. O que motiva Favero a escrever senão sua esperança de que um dia a população trans* poderá viver dignamente? Na autora, além da esperança, há um ponto imprescindível: a divulgação da produção de conhecimento ocupa a posição de instrumento transformador da realidade social, no sentido em que foi posto anteriormente, e esta é a dimensão fundamental que andamos perdendo de vista ao seguirmos cegamente os ditames acadêmicos que reproduzem amplos preconceitos, perdendo de vista, em outras palavras, que nossas histórias não são individuais, em um sentido similar ao discutido sob a perspectiva das mulheres no sul global por Rosemary Oliveira, Késia Rocha e Érika Oliveira (2022).

O ponto de partida para a desnaturalização da vida social está em um elemento central que nos permite avançar em nossas atividades e projetos: o compromisso ético-político que estabelecemos com aqueles que acreditamos serem diretamente impactados por nossas intervenções. Esse compromisso, portanto, é com os explorados e os oprimidos. Nessa perspectiva, não há espaço para a neutralidade, embora a objetividade das pesquisas não seja comprometida por isso. As pesquisas mantêm seu poder explicativo sobre os fenômenos sociais, enquanto o compromisso ético-político, aliado ao lado ativo da produção e divulgação do conhecimento científico, confere aos pesquisadores a capacidade de intervenção no mundo social.

O objetivo deste trabalho é fomentar a discussão sobre o papel político da produção do conhecimento e os limites da neutralidade científica, a fim de demonstrar a potência epistêmica da pesquisa engajada. Para tanto, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, discute-se a perspectiva delineada, com base em debates sobre trabalhos que promovem a reflexão sobre a neutralidade científica e sua relação com o comprometimento ético-político dos pesquisadores. Na segunda parte, abordam-se os efeitos da ausência desse tipo de

compromisso, destacando a invisibilização de determinadas populações e suas problemáticas políticas, visando demonstrar o potencial epistemológico do engajamento. Por fim, na conclusão, expõem-se os problemas relacionados aos mecanismos de cooptação de temáticas acadêmicas e como esses desafios se apresentam para as pesquisas engajadas, evidenciando a potência de uma nova abordagem da pesquisa em sua relação com as dinâmicas sociais.

O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO E O PROBLEMA DA NEUTRALIDADE

Segundo a formulação previamente apresentada, o lado ativo do conhecimento refere-se à postura adotada por nós ao direcionarmos sua produção científica para a intervenção no mundo social, ou seja, à transformação do conhecimento em um instrumento de mudança. Esse processo parte da desnaturalização da vida social, com o objetivo de revelar os interesses que a regem, e é sustentado pelo compromisso ético-político firmado com as pessoas a quem as pesquisas podem trazer impacto positivo. Neste contexto, busca-se demonstrar como essas características estão presentes, de forma concreta, em pesquisas científicas, tomando como referência trabalhos de estudiosos que, a partir desse compromisso, desenvolvem suas reflexões no campo das pesquisas de gênero.

O primeiro passo para essa demonstração é mapear como esse compromisso se manifesta nas discussões. Como mencionado anteriormente, aqueles que assumem compromissos dessa natureza não ocultam suas alianças sob a premissa da neutralidade científica; ao contrário, essas alianças são evidenciadas diretamente, seja no objeto de investigação, no conteúdo do texto, ou em ambos. Aplicando essa ideia aos estudos de gênero, pode-se observar em Sofia Favero (2019) um esforço analítico para mapear o deslocamento das travestis da posição de “objetos de pesquisa” para a de pesquisadoras, reconhecendo que “é necessária a criação de uma ética capaz de conjugar os esquemas linguísticos e cosmológicos das travestis com o cenário científico que se desdobra na atualidade” (Favero, 2019, p. 1). Desde a escolha do objeto de análise, a autora busca dar visibilidade a essa população marginalizada e orienta seu trabalho pela tentativa de constituir uma ética de pesquisa inclusiva, que valorize a produção intelectual das pessoas trans* e promova sua ocupação nos espaços de produção do conhecimento.

Essa característica também pode ser observada em outros contextos, como na obra de Glória Anzaldúa (2000, p. 229), que inicia sua carta referindo-se às suas “Queridas mulheres de cor, companheiras no escrever”. Também está presente nas discussões de autoras que optam por narrativas pessoais, baseadas na crença de que suas experiências individuais refletem padrões nas vidas de outras pessoas com contextos semelhantes, demonstrando que suas histórias não são meramente pessoais (Oliveira; Rocha; Oliveira, 2022, p. 3). Outras pesquisas igualmente expressam seus posicionamentos e compromissos de forma explícita. Esse é o caráter fundamental e recorrente das pesquisas que partem de um compromisso ético-político com determinada população: não hesitam em revelar a quem estão servindo.

É importante observar que as posições das autoras são explicitadas já nas primeiras páginas de suas respectivas discussões, uma vez que elas desconfiam da perspectiva de neutralidade científica. Para essas pesquisas, a neutralidade é entendida como cisgênera, derivada de uma escolha política arbitrária que separa os temas e objetos de análise em válidos ou não, sendo que as pessoas trans* são frequentemente classificadas na segunda categoria (Dias, 2020; 2024; Favero, 2019). Esse posicionamento também está relacionado ao que foi anteriormente mencionado: o compromisso das pesquisadoras com suas iguais orienta suas escolhas de objeto, linha teórica e demais aspectos metodológicos. Por essa razão, elas se veem compelidas, desde o início de suas produções, a explicitar a quem estão aliadas e o que norteia seus estudos (Louise, 2024). Esse é, portanto, o modo primordial pelo qual o compromisso ético-político se manifesta nas discussões: através da ruptura com a neutralidade, com base em escolhas políticas que fundamentam as pesquisas.

No contexto que estamos explorando, o compromisso ético-político com aqueles que representamos é o ponto de partida. No entanto, esse compromisso pode ser comprometido durante o processo de integração ao campo científico, pelos fatores discutidos anteriormente. Uma vez definidos os temas com os quais se pretende trabalhar, e estabelecido o vínculo da pesquisa com a população que se deseja representar, o que fornece a energia necessária para superar as dificuldades inerentes às etapas da pesquisa científica é a esperança de que os resultados teóricos possam ser convertidos em intervenção política, visando à melhoria da vida das pessoas que se pretende auxiliar. Ou, conforme anteriormente formulado, o que energiza é o lado ativo do conhecimento, seu potencial transformador, uma vez que o conhecimento desprovido dessa dimensão não possui razão de existir.

A tarefa que se apresenta é demonstrar que os pesquisadores mencionados encaram o conhecimento como um instrumento de transformação do mundo material e compreender o tipo de transformação proposta por eles. As formas sob as quais essas características se manifestam não são homogêneas, tanto no que diz respeito ao direcionamento do conhecimento para a prática social quanto ao tipo de transformação visada. No entanto, compartilham o esforço comum de visibilizar populações marginalizadas, cujas experiências são frequentemente obscurecidas pela ordem cisgênera e branca (Anzaldúa, 2000; Dias, 2020; Favero, 2019).

Naturalmente, não é possível descrever a infinidade de trabalhos existentes sobre gênero. Portanto, serão utilizados aqueles já mencionados, a fim de estabelecer uma ordem lógica na composição das características abordadas neste trabalho. As obras recentes de Alfrancio Dias, tais como “Investigações-vidas em Educação” (2024), “Escrevivência Trans* Como Potência” (2020) e “Vozerio: memórias, escrevivências e alianças políticas na educação” (2022), este último em coautoria com Késia Rocha e Ariel Brito, apresentam, sob a ótica aqui proposta, duas características centrais: o estímulo à visibilização das pessoas trans*, com o objetivo de torná-las, por um lado, “objetos de pesquisa viáveis”, e, por outro, de expor a potência epistemológica das pessoas trans* e suas metodologias de interpretação do mundo social. Dias apropria-se dessa temática, repetindo esses fundamentos por meio de diversas metodologias, como a memória e a escrevivência. O aspecto mais relevante a ser destacado é que sua pretensão, por meio de publicações, divulgação de textos, parcerias com pessoas trans* ou LGBTQIA+, organização de eventos para promover os trabalhos dessa população, entre outras iniciativas, é expor as dinâmicas de exploração e opressão às quais essas populações estão submetidas. Isso visa visibilizá-las e criar condições para a melhoria do que ele denomina “cotidiano sofrível” (Dias, 2020, p. 330).

No trabalho de Sofia Favero (2019), observa-se um esforço significativo em demonstrar, inicialmente, a potência epistemológica das propostas das travestis intelectuais, evidenciando como essas propostas vêm provocando mudanças no campo científico. Ela destaca que “Não para dizer que o transfeminismo inaugurou formas de mobilização que antes não eram pensadas, mas para afirmar que ele colocou outros vocabulários para circular – e, assim, conseqüentemente, outras subjetividades foram sendo tensionadas” (Favero, 2019, p. 4). Essas posições são consolidadas através do ativismo trans*. Em seguida, Favero busca situar a produção do conhecimento em relação aos processos metodológicos de pesquisa, evitando que as pesquisas realizadas por pessoas trans* caiam em armadilhas metodológicas que possam desvalorizar seus resultados onde,

O que pretendi ilustrar ao trazer esse processo inicial de elaboração da pesquisa é que fui convocada pelos mais diferentes campos a anunciar quem eu era. Mas o retorno dado a isso não foi simplesmente responder à indagação “de onde você fala?” com a afirmação do meu lugar de travesti. Sou travesti. Ou então: sou nordestina. Isso eu já sabia. Apesar de tais marcadores terem alguma relação com o fato de encontrar adversidades ao longo da pesquisa, não bastaria sobressaltá-los. Em outras palavras, não é o suficiente dizer quem se

é ou de onde se fala. É necessário que esse dado consiga ser articulado com o processo metodológico da pesquisa (Favero, 2019, p. 6)

A autora apresenta as contribuições das “travestis intelectuais” e alerta seus pares quanto aos desafios e perigos inerentes à produção científica. Ao estabelecer uma relação de aprendizagem com as travestis intelectuais e, ao mesmo tempo, adotar uma postura de tutora para aquelas que estão por vir, ela contribui para o fortalecimento da pesquisa entre essas pessoas, possibilitando que o conjunto dessas produções desempenhe um papel de intervenção social relevante.

Nesse mesmo sentido, Glória Anzaldúa (2000) aposta na escrita como um instrumento de intervenção. Para ela, a escrita envolve uma espécie de rasgamento interno, permitindo que o “sangue” permeie as páginas escritas pelas mulheres de cor. Dessa maneira, a ordem social, percebida por Anzaldúa como embranquecida, é exposta, e suas escritoras emergem como dignas de terem suas vidas colocadas em discussão. A escrita proposta por Anzaldúa é, portanto, uma escrita carregada de raiva e indignação, que não concede espaço para a parcimônia em suas reflexões.

Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (Anzaldúa, 2000, p. 230)

A autora reconhece os desafios enfrentados pelas mulheres pretas na escrita, considerando que suas atividades cotidianas são sufocantes. No entanto, para ela, o exercício da escrita representa um tensionamento da branquitude. Não se trata de qualquer forma de escrita, mas de uma escrita insubmissa, permeada de raiva e indignação, que se traduz em palavras. Esse é o meio pelo qual essas mulheres se fazem visíveis, afirmando-se como pessoas existentes e capazes. Assim, o conhecimento torna-se uma ferramenta ativa de intervenção na vida social.

Fica evidente, portanto, que, ainda que assumam diversas formas, as pesquisadoras e os pesquisadores de gênero possuem plena consciência do papel político de seu conhecimento. Seus compromissos ético-políticos os levam a lutar por e com aqueles sobre os quais pretendem ter impacto em suas vidas. A produção e divulgação do conhecimento configuram-se como um dos meios fundamentais de disputa política, promovendo a visibilização de populações marginalizadas e a conquista de direitos e condições de vida mais justas. Todos os autores citados neste trabalho têm essa consciência e não se isentam dessa responsabilidade. Conforme demonstrado nos trabalhos de Késia Rocha, Ariel Brito e Alfrancio Dias (2022), corpos e modos de vida desviantes são frequentemente vítimas de constrangimento e discriminação. No limite, essas ações transfóbicas, homofóbicas e racistas levam à morte, e abdicar dessa luta significa abrir mão da possibilidade de intervir em tais condições precárias de vida.

Entretanto, a intervenção no mundo social não se baseia exclusivamente nas posturas pessoais do pesquisador, mas, fundamentalmente, no exercício de desnaturalizar a vida social. O que significa desnaturalizar a vida social? E qual é o papel político desse fundamento na pesquisa social? O processo de desnaturalização da vida social consiste, essencialmente, em adotar uma postura epistêmico metodológica que reconhece a vida material como fruto de lutas históricas pela consolidação do poder de uma classe sobre outra. Essa luta dá origem à ordem social vigente. Assim, a configuração atual de nossos objetos de estudo deve ser entendida como resultado de interesses, e o exame histórico de sua constituição revela que a realidade social não é estática; ela se consolidou por meio de lutas históricas violentas, que naturalizaram essa violência como algo espontâneo.

O movimento de desnaturalização da vida social exige rigor e coragem, requerendo que os pesquisadores enfrentem o longo e árduo percurso da pesquisa científica, levantando dados

históricos, teóricos, metodológicos, entre outros, e iluminando gradualmente as sombras que envolvem suas investigações. Esse movimento é duplo, pois, ao mesmo tempo, em que se busca expor as dimensões históricas dos objetos de pesquisa, é necessário também reconhecer e combater as predisposições preconceituosas que permeiam a própria perspectiva do pesquisador. Se tal combate não for realizado, as discussões perdem parte de seu poder explicativo e de sua capacidade de intervenção na vida das pessoas que se pretende ajudar, uma vez que esses preconceitos podem ser impressos nas análises de forma inconsciente. Retomando o que foi mencionado anteriormente: é o compromisso do pesquisador que fornece a energia necessária para percorrer esse caminho.

Essas coordenadas metodológicas são explicitamente presentes nos estudos de gênero discutidos ao longo deste trabalho. Na obra de Sofia Favero (2019), os marcadores sociais, como gênero, local de nascimento e classe, desempenham um papel importante. No entanto, a autora não os trata como dimensões absolutas, reconhecendo que estão sujeitos a influências externas que moldam a maneira como as pessoas enxergam a si mesmas, podendo levar à reprodução de vitimismos e preconceitos que não se refletem, necessariamente, na prática social. Dessa forma, esses marcadores, que atribuem às pessoas um “lugar de fala”, precisam ser articulados com os processos metodológicos da pesquisa, de modo a conferir-lhes capacidade explicativa sobre os fenômenos investigados, evitando a imposição de perspectivas ideológicas. Como Favero (2019) afirma: “a experiência é um modo de produção de conhecimento, mas não pode ser tomada como evidência autorizada, pois ainda é incapaz de dar conta de questões sistemáticas e estruturais de dada sociedade” (p. 11). A experiência, portanto, deve ser historicizada.

Essa perspectiva de problematização das instâncias da vida social, atribuindo lhes seu devido caráter político, desde o papel do “lugar de fala”, o silenciamento das mulheres de cor, a invisibilização do cotidiano de pessoas trans*, até a atribuição imperativa de ser mulher a ter um útero (Anzaldúa, 2000; Dias, 2020; Favero, 2019; Rocha; Brito; Dias, 2022), habilita essas pesquisas a intervir no meio social, uma vez que têm contribuições relevantes para as populações que almejam impactar.

Assim, a articulação entre compromisso, papel político do conhecimento e processo metodológico de pesquisa expressa de forma concreta quem os pesquisadores pretendem representar e os interesses que pretendem defender, seja pela ruptura ou pela continuidade com o imperativo da neutralidade na pesquisa. No entanto, mesmo defendendo a perspectiva do engajamento, é necessário questionar se tal postura compromete ou não as possibilidades de compreensão concreta das problemáticas de pesquisa. Essa é a questão que será tratada a seguir.

A POTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA DAS PESQUISAS COMPROMETIDAS ÉTICO-POLITICAMENTE

Na seção anterior, nos ocupamos da discussão a respeito da neutralidade e como esta expressa um tipo de compromisso tanto quanto o engajamento. O que iremos discutir nesta seção é a potência epistemológica contida nas pesquisadoras e pesquisadores engajados que orientam suas discussões pela quebra da neutralidade, e o tipo de contribuição que é trazida a partir disto. As pesquisas desta natureza trazem consigo um grande grau de inconformidade e desejo de mudança, ampliando, a partir do compromisso ético-político, nossos horizontes de análise e de intervenção, uma vez que as investigações desta natureza não se separam da vida (Dias, 2024).

Nesse sentido, o compromisso emerge como uma força motivadora para os pesquisadores que, esperançosos e ativos, acreditam nas possibilidades de mudança através da produção científica. Esses pesquisadores se recusam a aceitar o estado contínuo de violência cotidiana vivida por muitas pessoas, que encontra sua sustentação em uma ordem social

igualmente violenta. Aqui reside o ponto central da potência epistemológica do compromisso em suas pesquisas: é a partir da inconformidade e do desejo de transformação que se passa a produzir conhecimento capaz de promover mudanças. Esses estudiosos percebem, na prática social, relações desiguais, cujo fundamento se encontra nos interesses de controle exercidos por aqueles que ocupam as camadas mais elevadas da sociedade sobre os que estão nos estratos inferiores.

Essa é a fonte de inspiração dos autores abordados ao longo deste trabalho. É a partir de seus compromissos com seus pares que realizam esforços para evidenciar as forças que violentam suas vidas e trajetórias. O reconhecimento dessa violência já está presente no início de suas pesquisas, sendo claro a quem essas produções estão servindo. A força desses trabalhos reside, fundamentalmente, na rejeição da neutralidade e no acolhimento de sentimentos de raiva e indignação, tal como expresso por Glória Anzaldúa (2000). Assim, é impensável a produção dos estudos discutidos sem a presença do engajamento, pois eliminá-lo seria, na verdade, extinguir por completo o sentido dessas pesquisas. As escolhas temáticas desses pesquisadores são orientadas pela perspectiva de mudança e estão profundamente entrelaçadas com suas trajetórias pessoais, como exemplificado em Késia Rocha, Ariel Brito e Alfrancio Dias (2022), que trazem suas histórias como uma forma de denúncia sobre a violência contra corpos desviantes. Da mesma forma, Sofia Favero provoca uma reflexão ao intitular uma seção de seu artigo com a pergunta “Como pesquisar sem confessar?” (Favero, 2019, p. 5), sugerindo que a pessoalidade do pesquisador não pode ser dissociada do processo de construção da pesquisa.

É necessário, entretanto, pontuar que, embora militância e ciência possam coexistir, elas não se confundem; são instrumentos políticos distintos. A ciência pode partir de uma posição engajada e, conforme argumentado até aqui, esse ponto de partida confere grande relevância às pesquisas realizadas. No entanto, o método científico segue etapas próprias e obedece a uma ordem discursiva diferente. Por outro lado, a militância opera com base em intuições e sentimentos compartilhados por grupos de pessoas — influenciados por marcadores sociais como classe, raça e gênero — e busca, sobretudo, a persuasão por meio da retórica, podendo inclusive instrumentalizar o saber científico para concretizar seus objetivos.

Esse esclarecimento é feito para deixar claro que a proposta defendida aqui não é a redução da ciência à militância, mas sim a afirmação de que o saber científico, enquanto instrumento de disputa política, não pode se eximir de intervir no mundo social. Para promover essa intervenção transformadora, as pesquisas desenvolvidas precisam, em primeiro lugar, rejeitar o imperativo da neutralidade e, em segundo lugar, ser suficientemente rigorosas para apreender a riqueza das dimensões concretas dos objetos de análise.

O conhecimento, portanto, constitui-se como um instrumento político por excelência. O que varia em sua constituição é a direção para a qual esse conhecimento será utilizado: contra quem e em favor de quem se voltam as ações e reflexões. A escolha entre ser moldado pela lógica tradicional de produção acadêmica, com seus temas e objetos consolidados e financiados, ou lutar contra os preconceitos pessoais e contra a ordem estabelecida no campo científico, que frequentemente se impõe de maneira violenta sobre o cotidiano da pesquisa social, é central nesse debate.

O compromisso ético-político, nesse contexto, possui um valor fundamental, pois impede que as discussões fiquem restritas a realidades pertinentes apenas ao meio acadêmico ou aos estratos sociais médios e altos. Ele oferece a possibilidade de gerar melhorias concretas nos baixos estratos sociais, que são sistematicamente apagados dos campos de pesquisa e tratados como objetos indignos de investigação científica (Dias, 2020).

Assim, o engajamento dos pesquisadores e pesquisadoras é essencial para avançar no processo de exposição da ordem social excludente e, a partir disso, criar condições de melhoria no cotidiano das pessoas que são invisibilizadas e cujas vidas e corpos são violentados. Como já foi amplamente discutido, o reconhecimento do papel político do conhecimento atribui ao

pesquisador a vontade e a energia necessárias para continuar lutando pela melhoria das condições de vida daqueles que ocupam os baixos estratos sociais. O compromisso ético-político torna-se, portanto, uma característica essencial e poderosa na pesquisa social, conferindo às produções acadêmicas um sentido prático de intervenção.

CONCLUSÃO

A pesquisa científica, em um sentido amplo, representa um dos maiores desafios com os quais os indivíduos podem se deparar ao longo de suas trajetórias. O cotidiano da produção de conhecimento é desgastante e, por vezes, exige mais do que se pode oferecer, ou obriga o pesquisador a percorrer um caminho que não acredita ser o seu. Isso ocorre porque o campo da pesquisa está permeado por mecanismos de controle, tanto em relação aos temas de investigação quanto ao financiamento, que frequentemente induzem a escolha de tópicos que, embora não sejam considerados tão pertinentes quanto outros temas invisibilizados, estão à disposição e são orientados por interesses acadêmicos voltados à produção e à melhoria do currículo Lattes. Esses mecanismos de realização de pesquisa servem como formas de moldar pesquisadores iniciantes para que aceitem e se integrem a uma lógica já estabelecida de produção científica, girando em torno de grupos, temas e orientações consolidadas na academia.

Essa configuração, orientada por fins estritamente acadêmicos, tende a suprimir o papel político do conhecimento, ao não buscar intervir no objeto de estudo, mas apenas compreendê-lo. Estudos que fundamentam suas metodologias em um compromisso ético-político, orientados não apenas por sua relevância analítica, mas pela exposição das dimensões políticas que violentam os cotidianos de pessoas marginalizadas (Dias, 2020; 2024; Oliveira; Rocha; Oliveira, 2022) são frequentemente desqualificados por não se enquadrarem nos padrões tradicionais da escrita científica. Como apontado anteriormente, essas pesquisas não hesitam em explicitar a quem servem, e, por isso, desafiam a visão naturalizada de neutralidade na produção acadêmica. Nesse sentido, como mencionado por Sofia Favero (2019), tais trabalhos tensionam as subjetividades daqueles que se identificam com a neutralidade acadêmica, levando a academia a acionar seus mecanismos de controle para ofuscar e desqualificar essas discussões, alegando a falta de pertinência.

Dessa forma, ao nos integrarmos plenamente nesse meio, corremos o risco de perder de vista a potência epistemológica do compromisso ético-político, reduzindo-o a uma mera militância, conforme discutido anteriormente. O erro fundamental, no entanto, é presumir que a neutralidade equivale à ausência de compromisso, sendo vinculada ao conhecimento “puro”. Contudo, como já exposto, a neutralidade também expressa um compromisso, tão profundo quanto o engajamento. Por outro lado, o compromisso ético-político reflete um compromisso com os estratos sociais mais baixos, servindo como uma forma de encorajar os espíritos esperançosos e promover trabalhos que desafiem a ordem social vigente, visibilizando populações marginalizadas ignoradas pela academia. Trata-se, portanto, de uma retomada da consciência sobre o papel político do conhecimento e os limites da neutralidade, expondo a quem esta última serve, com a esperança de que essa exposição amplie os espaços de atuação dessas populações.

O propósito dos esforços empregados na elaboração deste texto foi, assim, estimular o debate sobre a potência do engajamento orientado pelo compromisso ético-político e demonstrar os limites inerentes à neutralidade. O que se buscou esclarecer ao longo destas páginas é que aqueles que desejam se comprometer com os marginalizados devem romper com a neutralidade e, a partir disso, promover esforços de visibilização e mudança, utilizando os meios e envolvendo as pessoas que pretendem impactar.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos ao CNPq (Coordenação Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento do projeto “Investigações-vidas em educação: escrituras, ativismos e alianças políticas na educação” através da Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados, processo: 422131/2023-7.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Nascimento, G. J.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo; Dias, A. F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não houve conflito de interesse

REFERÊNCIAS

Anzaldúa, G. (2000) Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.

Dias, A. F. (2020). Escrivência Trans* como potência. *Revista da FAEEDBA*, 29, 293-308.

Dias, A. F. (2024). Investigações-vida em educação. In: Souza, E. C., Mignot, A. C. M., & Vicentini, P. P. V. Narrativas e corpos em trânsito: resistências e insubordinações. Curitiba: Editora CRV, p. 69-78.

Favero, F. (2019). Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. *Equatorial*, 7(12), 1-22.

Louise, D. (2024). Vai ter B.O: narrativas transvestigeneres para além das celas. Notícias, *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/announcement/view/1751>

Oliveira, R. R., Rocha, K., & Oliveira, É. C. S. (2022). “Contraescritas feministas: educação das meninas de pedra”. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), e77563.

Rocha, K. A.; Brito, A. M.; Dias, A. F. (2022). Vozério: memórias escrituras e alianças políticas na educação. *Revista Cocar*, 16(34), 1-15.

Recebido: 12 de dezembro de 2024 | **Aceito:** 12 de fevereiro de 2025 | **Publicado:** 14 de março de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.